

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- 2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- Boa sorte!**

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

1

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelece regras e procedimentos contábeis obrigatórios para as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil. Ele padroniza contas, critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de operações financeiras, assegurando transparência e comparabilidade das informações.

O COSIF é fundamental para a adequada supervisão do SFN, alinhado às normas internacionais (IFRS) quando aplicável. Abrange temas como classificação de ativos, provisões, instrumentos financeiros e controles internos contábeis. Além disso, permite monitoramento eficaz do risco e da solvência das instituições.

Relacione as contas que formam o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) com seus respectivos registros.

- I. Contas patrimoniais
- II. Contas de resultado
- III. Contas de compensação

- Nas quais devem ser registradas as receitas e as despesas.
- Nas quais devem ser registrados os ativos, os passivos e o patrimônio líquido da instituição.
- Nas quais devem ser registradas as informações sobre eventos e transações cujos efeitos possam se traduzir em modificações futuras no patrimônio da instituição e informações de controle relativas aos elementos patrimoniais e de resultado.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada.

- (A) II – III – I.
- (B) III – I – II.
- (C) I – II – III.
- (D) I – III – II.
- (E) II – I – III.

2

O Comunicado Técnico de Auditoria CTA 21 (R1), emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, traz orientações para emissão de relatório do auditor independente sobre o Relatório do Conglomerado Prudencial e as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcios e cooperativas de crédito.

Com base na CTA 21 (R1), avalie as afirmativas a seguir.

- I. O objetivo principal do trabalho do auditor independente, conforme detalhado no CTA 21 (R1), é fornecer uma segurança razoável de que o Relatório do Conglomerado Prudencial está livre de distorção relevante.
- II. A independência do auditor em relação ao conglomerado é fundamental e deve estar em conformidade com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- III. O Relatório do Conglomerado Prudencial tem uma finalidade específica de atender às determinações do CMN e do Bacen e não se confunde com as demonstrações contábeis para fins gerais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3

Marcela, contadora atuante no setor público, foi contratada por uma autarquia para realizar trabalho de asseguração sobre indicadores de desempenho. Embora não se trate de auditoria independente nos moldes exigidos pela legislação societária, Marcela optou por seguir os princípios da NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL como referencial técnico.

Durante a execução dos procedimentos, surgiu questionamento sobre a aplicabilidade dessas normas por parte da equipe técnica da entidade contratante, que alegava que somente auditores independentes estariam autorizados a utilizá-las como base.

Diante do impasse, Marcela esclareceu que a aplicação da NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL é possível também por outros profissionais contábeis, desde que

- (A) utilizem exclusivamente os preceitos previstos nas normas da auditoria governamental editadas pelo Tribunal de Contas.
- (B) reconheçam e apliquem os conceitos centrais da NBC PG 01 como alternativa normativa suficiente ao cumprimento ético e técnico.
- (C) comprovem sua qualificação formal como auditores independentes em processos homologados pelos Conselhos de Contabilidade.
- (D) adotem os princípios do Código Civil em substituição às normas técnicas, nos casos em que houver conflito de interpretação.
- (E) apliquem requisitos que sejam, no mínimo, tão exigentes quanto os previstos nas normas profissionais, legais ou regulamentares.

4

Durante os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de um banco de pequeno porte, Luiz, auditor responsável, identificou que a instituição havia promovido aumento de capital social com base na reavaliação de imóveis utilizados como sede e agências.

Entretanto, não havia evidência da observância de normas do Conselho Monetário Nacional nem aplicação de índices fixados por órgão competente, conforme exigido pela legislação vigente.

À luz da NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL e da Lei nº 4.595/1964, Luiz concluiu que a conduta apropriada em sua função de auditor seria

- (A) aplicar julgamento profissional com base em evidência suficiente, reconhecendo a ausência de conformidade legal e recomendando os ajustes necessários.
- (B) basear sua conclusão na boa-fé da administração e aceitar a prática diante da ausência de impacto direto no fluxo de caixa da entidade.
- (C) concluir pela regularidade do aumento de capital, por se tratar de reavaliação legítima de bens do ativo imobilizado de uso próprio.
- (D) considerar que, na falta de regulamentação recente do Conselho Monetário Nacional, é válido adotar estimativas técnicas fundamentadas.
- (E) validar a contabilização dos aumentos, desde que os laudos de avaliação tenham sido assinados por perito regularmente habilitado.

5

Durante auditoria financeira externa e independente em uma subsidiária brasileira de um grupo multinacional, o auditor identificou uma movimentação atípica de capital no valor de R\$ 3.200.000,00, registrada como “contribuição de capital estrangeiro”, mas que, após diligência, revelou-se proveniente de ativos de origem ilícita oriundos de crime praticado no exterior.

A empresa alegou que havia acordo de cooperação com o país de origem e que a autoridade estrangeira já havia formalizado solicitação judicial ao Brasil.

Com base na Lei nº 9.613/1998, considerando que os bens foram alienados judicialmente e renderam R\$ 4.000.000,00, e que não há tratado bilateral, mas houve promessa de reciprocidade, a parte do valor a ser transferida ao Estado requerente deverá ser de

- (A) R\$ 2.000.000,00, devidamente proporcionais conforme as regras de divisão previstas em lei brasileira específica.
- (B) R\$ 4.000.000,00, integralmente restituídos ao Estado solicitante por tratar-se de valor comprovadamente ilícito.
- (C) R\$ 3.200.000,00, correspondentes à origem da operação auditada, desconsiderando a valorização do bem no leilão.
- (D) R\$ 1.600.000,00, considerando o valor original de entrada da operação e a partilha legal proporcional.
- (E) R\$ 2.400.000,00, correspondentes à diferença entre o valor registrado contabilmente e o obtido em liquidação.

6

Em auditoria financeira externa e independente realizada em uma instituição financeira autorizada a operar no mercado de câmbio, a equipe auditora detectou movimentações atípicas em contas de titularidade de bancos centrais estrangeiros.

Tais contas, mantidas em reais e utilizadas para operações de compensação internacional, registravam volume elevado de transferências entre instituições domiciliadas no exterior, com contrapartida em ativos imobilizados de custódia.

Ao buscar respaldo legal, o auditor responsável consultou a Lei nº 14.286/2021 e concluiu que tais movimentações só podem ser avaliadas com base em evidências documentais que

- (A) confirmem que os ativos movimentados não estejam vinculados ao exercício de funções institucionais imunes à constrição judicial.
- (B) evidenciem que as contas foram abertas com base em autorização prévia de autoridade de supervisão internacional competente.
- (C) demonstrem que as operações foram registradas no Sistema de Pagamentos Brasileiro e homologadas pelo Banco Central.
- (D) comprovem que os recursos movimentados foram declarados por ambas as partes no país de origem e no país de destino.
- (E) atestem que os limites operacionais foram aprovados por autoridade estrangeira que mantenha acordo com o Tesouro Nacional.

7

Durante auditoria externa independente em uma gestora de investimentos com sede no Brasil, a equipe auditora analisou um investimento internacional classificado como capital brasileiro no exterior (CBE).

A operação envolveu a compra de ações de uma empresa norte-americana por R\$ 1.800.000,00, seguida da realização de um derivativo em mercado de balcão para proteção cambial no valor de 80% do capital aplicado. A documentação comprobatória da operação estava organizada, e a gestora havia cursado as transferências cambiais por meio de banco autorizado.

Com base nas exigências legais e prazos definidos pela Resolução BCB nº 279/2022, o valor em derivativos registrado como proteção do capital investido, conforme o percentual aplicado sobre o capital transferido para o exterior, é de

- (A) R\$ 1.620.000,00.
- (B) R\$ 1.440.000,00.
- (C) R\$ 1.080.000,00.
- (D) R\$ 1.360.000,00.
- (E) R\$ 1.260.000,00.

8

De acordo com a Lei nº 4.595/64 e modificações, em geral, as instituições financeiras privadas serão constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por ações nominativas.

Poderão ser constituídas sob a forma de outros modelos societários

- (A) as cooperativas de crédito.
- (B) os bancos comerciais.
- (C) os bancos de investimentos.
- (D) as companhias hipotecárias.
- (E) as corretoras de valores.

9

De acordo com a Lei nº 9.613/98 e alterações, com relação aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores oriundos de crimes praticados no estrangeiro, quando não há tratado ou convenção, os bens, direitos ou valores privados sujeitos a medidas asseguratórias por solicitação de autoridade estrangeira competente ou os recursos provenientes da sua alienação, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, serão

- (A) destinados ao Brasil, em sua integridade.
- (B) destinados ao Estado requerente, em sua integridade.
- (C) repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, na proporção de metade para cada um.
- (D) repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, sendo a maior parte destinada ao Brasil.
- (E) repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, sendo a maior parte destinada ao Estado requerente.

10

Com relação ao mercado de câmbio, com base na Lei nº 14.286/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas livremente, sem limitação de valor, observados a legislação, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o regulamento a ser editado pelo Banco Central do Brasil.
- () As operações no mercado de câmbio podem ser realizadas somente por meio de instituições autorizadas a operar nesse mercado pelo Conselho Monetário Nacional, na forma do regulamento a ser editado por ele.
- () A instituição autorizada a operar no mercado de câmbio é responsável pela identificação e pela qualificação de seus clientes e por assegurar o processamento lícito de operações no mercado de câmbio.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

11

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas alterações, caracterizam risco à continuidade da instituição, o descumprimento de determinação do Banco Central do Brasil para aumentar os montantes de Patrimônio de Referência, de Nível I ou de Capital Principal e, simultaneamente, a apuração de elevação do risco de inadimplência da qual resulte o acionamento dos mecanismos de garantia e das salvaguardas das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e liquidação, na forma da legislação específica do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e/ou a deterioração material de alguns indicadores.

Avalie se esses indicadores incluem

- I. sua credibilidade.
- II. seu estado de solvência.
- III. valor e liquidez de seus ativos.

Para a caracterização do risco à continuidade da instituição, pode-se levar em consideração a deteriorização material de

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

12

Com relação à Resolução CMN nº 5.056/2022 e alterações, que dispõe sobre encargo financeiro decorrente do cancelamento ou da baixa na posição de câmbio referente a contrato de compra de moeda estrangeira que ampare adiantamento em reais, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O cancelamento ou a baixa na posição de câmbio referente a contrato de compra de moeda estrangeira que ampare adiantamento em reais sujeita o vendedor da moeda estrangeira ao recolhimento ao Banco Central do Brasil de encargo financeiro limitado a 100% do valor adiantado.
- () O recolhimento do encargo financeiro está dispensado para cancelamentos e baixas de contrato de compra de moeda estrangeira referente à exportação com mercadoria embarcada ou com serviço prestado.
- () O responsável pelo recolhimento do encargo financeiro, calculado sobre o valor em reais correspondente à parcela da compra de moeda estrangeira cancelada ou baixada, é o Banco Central.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

13

São passivos financeiros classificados na categoria custo amortizado, nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas básicas no Manual Completo do Banco Central do Brasil:

- (A) passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros.
- (B) passivos financeiros gerados em operações de empréstimos e instrumentos de dívida.
- (C) passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro.
- (D) compromissos de crédito e créditos a liberar.
- (E) garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

14

Compete privativamente ao Banco Central do Brasil determinar o recolhimento de até cem por cento do total dos depósitos à vista e de até sessenta por cento de outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de Letras ou Obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, a forma e condições por ele determinadas.

Com base na Lei nº 4.595/1964, avalie se as percentagens dos títulos mencionados podem ser diferentes em função de

- I. regiões geoeconômicas;
- II. prioridades que atribuir às aplicações;
- III. natureza das instituições financeiras.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

À luz da Lei nº 4.595/1964, avalie se constituem receitas do Banco Central do Brasil as seguintes rendas:

- I. de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos.
- II. das operações de câmbio, de compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em títulos públicos.
- III. eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) tem a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas constantes na Lei nº 9.613/1998.

Sobre o COAF, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Deverá coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.
- II. Poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.
- III. Comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

A Resolução CMN nº 5.056/2022 dispõe sobre encargo financeiro decorrente do cancelamento ou da baixa na posição de câmbio referente a contrato de compra de moeda estrangeira que ampare adiantamento em reais.

Para calcular o encargo financeiro, o indicador de taxa de juros internacional (J) é a

- (A) Secured Overnight Financing Rate (SOFR).
- (B) Prime Rate.
- (C) SIFMA Rate.
- (D) Federal Funds Effective Rate.
- (E) Euro Short-Term Rate (€STR).

18

As instituições utilizam as contas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) definido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o seu tipo, sendo permitida à instituição a escrituração apenas nas rubricas contábeis nele previstas. A conta 1.1.2.30.00.00-3 tem por título: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE INSTITUIÇÕES SEM CONTA RESERVA.

A função dessa conta é

- (A) registrar o valor das reservas livres em espécie mantidas no Banco Central do Brasil para as quais não haja conta específica.
- (B) registrar o saldo mantido em reserva compulsória em espécie que exceder a exigibilidade de recolhimento compulsório ao Banco Central do Brasil no último dia do mês.
- (C) registrar, por instituições financeiras não detentoras de conta Reservas Bancárias, o valor dos depósitos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras bancárias. Este título deve conter subtítulos de uso interno necessários à perfeita individualização das instituições financeiras depositárias.
- (D) registrar o valor dos depósitos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras bancárias pelos grupos de consórcio. Na escrituração neste título, a instituição deve manter controles diários de modo a evidenciar: os lançamentos não correspondidos por grupo e o saldo existente em nome do grupo.
- (E) registrar as contas em moeda estrangeira no exterior. O saldo a descoberto neste título deve ser escriturado, nos balancetes e balanços, no subtítulo 4.6.3.10.93.00-4 Outras Obrigações.

19

Em relação aos princípios gerais da escrituração contábil, de acordo com o COSIF, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A escrituração contábil deve ser completa, compreendendo todos os eventos, transações e atos e fatos administrativos ocorridos na data a que se refere, que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, a composição patrimonial da instituição.
- II. A escrituração contábil deve ser mantida em registros permanentes.
- III. A escrituração contábil deve ser realizada em idioma e em moeda corrente nacionais.
- IV. A escrituração contábil deve ser elaborada em ordem cronológica de dia, mês e ano.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

20

Com base na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e alterações posteriores, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A atual finalidade do Conselho Monetário Nacional é formular a política monetária e de crédito como previsto na Lei do Sistema Financeiro Nacional, objetivando o progresso econômico, social e ambiental do País.
- II. O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições, poderá determinar que o Banco Central da República do Brasil recuse autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências de ordem geral.
- III. O Conselho Monetário Nacional deve encaminhar ao Congresso Nacional o relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreve a justificativa dos montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

21

Avalie as afirmativas a seguir, de acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e alterações posteriores, a respeito da competência do Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República.

- I. Compete ao Conselho Monetário Nacional aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito.
- II. Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas por parte das instituições financeiras.
- III. Compete ao Conselho Monetário Nacional limitar as taxas de juros, assim como qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover o reflorestamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

22

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelece regras específicas para a contabilização das operações realizadas por instituições financeiras no Brasil.

Considerando as normas e diretrizes do COSIF, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O COSIF determina a obrigatoriedade de que todas as instituições financeiras sigam um mesmo plano de contas padronizado, sem possibilidade de adaptação às especificidades de cada entidade.
- () O COSIF prevê a segregação das contas contábeis em grupos e subgrupos, permitindo uma classificação detalhada dos ativos, passivos e operações específicas das instituições financeiras.
- () As instituições financeiras são obrigadas a manter registros contábeis atualizados e compatíveis com as normas do COSIF, garantindo transparência e conformidade com os órgãos reguladores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

23

Júlio é analista de *compliance* de uma empresa que opera como *exchange* de criptoativos no Brasil. Recentemente, ele identificou um cliente realizando diversas transações com moedas virtuais, em valores fracionados, que somavam cifras elevadas ao final do mês.

O cliente utilizava diferentes carteiras digitais, evitava fornecer informações precisas sobre a origem dos recursos e optava por saques convertidos em moeda fiduciária de forma pulverizada. Júlio ficou em dúvida sobre a obrigatoriedade da comunicação ao COAF.

Com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações posteriores, bem como nas regras aplicáveis a operações com criptoativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Júlio não precisa comunicar a operação, pois a legislação de lavagem de dinheiro não se aplica a criptoativos.
- (B) A comunicação ao COAF é obrigatória somente se o valor da operação individual ultrapassar R\$ 130 mil.
- (C) Júlio tem obrigação de comunicar operações com indícios de lavagem, mesmo sem comprovação de crime, ainda que envolvendo criptoativos.
- (D) Como não há regulamentação específica sobre *exchanges* na Lei nº 9.613/1998, não se exige comunicação de operações com criptoativos.
- (E) A comunicação é sigilosa e facultativa, ficando a critério do analista, exceto nos casos em que houver decisão judicial.

24

Com a entrada em vigor da Lei nº 14.286/2021, conhecida como o novo marco legal do mercado de câmbio, capitais estrangeiros e prestação de informações ao Banco Central do Brasil, o país deu um passo relevante rumo à modernização e à simplificação do regime jurídico das operações internacionais.

A lei revogou normas antiquadas, promoveu maior liberdade cambial, buscou aumentar a competitividade e reduziu entraves operacionais, mantendo, no entanto, a supervisão por parte do Banco Central e a necessidade de observância de padrões de integridade e rastreabilidade. A referida lei foi regulamentada por diversas resoluções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 4.956/2021, que trata das operações de câmbio; a Resolução CMN nº 5.042/2022, que versa sobre instrumentos financeiros e derivativos no mercado de câmbio; e a Resolução BCB nº 279/2022, que disciplina as contas em reais mantidas por não residentes no país.

Com base na Lei nº 14.286/2021 e nas demais resoluções mencionadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Resolução BCB nº 279/2022 autoriza que contas em reais de não residentes sejam movimentadas sem restrições, inclusive para operações não identificadas ou com beneficiários não rastreáveis, como forma de facilitar o livre fluxo de capitais.
- (B) A Lei nº 14.286/2021 revogou expressamente a possibilidade de se pactuar contratos em moeda estrangeira entre residentes, mesmo que haja obrigações ou exposições vinculadas ao exterior.
- (C) A Resolução CMN nº 5.042/2022 veda a utilização de instrumentos derivativos no mercado de câmbio para fins de proteção (hedge) por pessoas físicas residentes no país.
- (D) A nova legislação cambial eliminou a obrigação de prestação de informações ao Banco Central sobre investimentos estrangeiros no país, adotando um regime de autorregulação das instituições financeiras.
- (E) A Resolução CMN nº 4.956/2021 permite que instituições autorizadas pelo BCB operem no mercado de câmbio sem limites de valor mínimo para fechamento de contrato, desde que observem os requisitos operacionais, de *compliance* e a identificação da finalidade da operação.

25

O Comunicado Técnico de Auditoria (CTA) 26, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece as diretrizes sobre a forma e o conteúdo do relatório dos auditores independentes sobre o Demonstrativo do Direcionamento dos Recursos da Poupança, conforme exigido pelo art. 9º da Resolução CMN nº 4.676/2018.

O objetivo é garantir transparência e a adequada aplicação dos recursos captados por instituições financeiras mediante depósitos de poupança, nos termos da regulamentação do Sistema Financeiro da Habitação e das políticas públicas de crédito imobiliário e rural.

Com base no CTA 26, assinale a afirmativa correta.

- (A) O relatório deve seguir o modelo de relatório sobre demonstrações contábeis completas, com opinião com base na NBC TA 700, incluindo parágrafos obrigatórios sobre incerteza relevante e ênfase.
- (B) O auditor deve expressar opinião sobre a adequação dos critérios contábeis adotados para mensuração dos ativos e passivos relacionados ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).
- (C) O relatório do auditor deve ser emitido na forma de relatório sobre informação suplementar, não sobre demonstrações contábeis, sendo elaborado com base na NBC TA 805.
- (D) A estrutura do relatório exigida pelo CTA 26 dispensa a menção à responsabilidade da administração da instituição financeira, por se tratar de obrigação legal.
- (E) O CTA 26 permite que o auditor utilize modelos de relatório narrativo sem vinculação às normas de auditoria emitidas pelo CFC, desde que o demonstrativo esteja de acordo com o BACEN.

PROVA DISCURSIVA - BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

Questão 1

O fluxo financeiro entre os poupadores e os tomadores de recursos na economia é viabilizado pelo Sistema Financeiro. O Sistema Financeiro Nacional é constituído de órgãos normativos, supervisores e operadores, que coadunam para um propósito em comum: crescimento econômico e funcionamento do país, acerca da referida temática.

Sobre o Sistema Financeiro Nacional, responda, em no máximo 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique os órgãos normativos do Sistema Financeiro Nacional e apresente seus respectivos supervisores e operadores.**
- B) Descreva as funções gerais que competem a órgãos normativos, supervisores e operadores do Sistema Financeiro Nacional.**
- C) Apresente a composição do órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Monetário Nacional (CMN), a finalidade da sua criação e ao menos dois principais objetivos de sua política.**
- D) Explique como são escolhidos o presidente e diretores do Banco Central do Brasil (BCB), indique a finalidade da sua criação e apresente duas de suas principais competências.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

A Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa resolução menciona que as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas por tais instituições, devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Contudo, é vedada a contratação e a manutenção de auditor independente por parte destas instituições, caso algumas situações fiquem configuradas.

Considerando a referida resolução:

- A) Cite as instituições dispensadas de apresentar auditoria das demonstrações financeiras.**
- B) Discorra sucintamente sobre as vedações da contratação e da manutenção de auditor independente por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

